



# ARQUITETURA & URBANISMO:

Divergências e convergências de perspectivas

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA  
(ORGANIZADOR)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022



# ARQUITETURA & URBANISMO:

Divergências e convergências de perspectivas

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA  
(ORGANIZADOR)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Arquitetura e urbanismo: divergências e convergências de perspectivas

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Pedro Henrique Máximo Pereira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: divergências e convergências de perspectivas / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0117-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.179222704>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





## APRESENTAÇÃO

Há uma concordância fundamental entre arquitetos e urbanistas: não há, em qualquer exercício de síntese - de projeto ou planejamento -, a anistia da dúvida, da incerteza, da divergência, do conflito ou mesmo de antagonismos. Isso porque a arquitetura e o urbanismo - embora gozem de boa parte de suas constituições das ciências exatas - possuem componentes materiais, econômicos, sociais, estéticos, filosóficos e psicológicos difíceis de serem conciliados ou que encontremos para eles uma convergência unânime. A síntese, a sina do exercício de projeto e planejamento, tende a encobrir ou ao menos momentaneamente ofuscar as divergências. Tende, pois tais divergências permanecerão, mais evidentes, latentes ou como estão, até que sejam revisitadas e trazidas à tona.

Qualquer solução arquitetônica ou urbanística apresentada a um problema de projeto será apenas uma dentre diversas soluções possíveis. Mesmo que as variáveis projetuais trazidas por dados objetivos e instrumentos de alta precisão nos indiquem um caminho a ser seguido, seu curso passará sempre pela interpretação do problema anunciado. Ou seja, tudo que vemos pelas janelas dos apartamentos ou caminhando pelas ruas das cidades poderia ser diferente, de outro modo. Há, na ótica da criatividade humana centrada no exercício do projeto e do planejamento, outras infundáveis realidades possíveis.

A crítica, elemento fundamental e imprescindível do fazer arquitetônico e urbanístico, é o recurso que temos para medir o real pelo ideal. A crítica estabelece as regras do jogo a ser jogado e nos dá os parâmetros concretos e imaginados. Ela leva luz às divergências outrora encobertas. Ela revela o que foi por ora deixado de lado. Ela produz uma dialética que nos permite reconhecer as divergências do nosso campo e conceber, ainda que circunstancialmente ou diante de temas sensíveis e ilustrados, como a dignidade humana e o respeito ao meio ambiente, convergências de perspectivas. A crítica nos coloca como responsáveis pela história até então produzida e nos dá a autoria do porvir.

**Arquitetura e urbanismo: Divergências e convergências de perspectivas**, produzido pela Atena Editora, traz estes temas para o debate em 18 capítulos. Este volume constitui, assim, uma contribuição importante para o reconhecimento de que nosso campo é múltiplo, diverso e que não há unanimidades. É um campo, assim como qualquer campo profissional e coletivo, em plena disputa.

Mas, por outro lado, institui ou indica certas convergências: a necessidade de salvaguardar nosso Patrimônio Cultural; a introdução acelerada de instrumentos e técnicas digitais ao processo de projeto; a cidade e o território como fenômenos culturais e coletivos; o imperativo da conciliação entre ambiente construído e ambiente natural; e, por fim, que a arte, em sua multiplicidade de manifestações, seja pública e aberta. Além do



reconhecimento destas convergências, este livro problematiza o porquê de tais fenômenos e as possibilidades de com eles lidar.

Estimo, assim, excelente leitura a todas e todos!

Pedro Henrique Máximo Pereira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

LA FORMA DE LA CIUDAD ES SIEMPRE LA FORMA DE UN TIEMPO DE LA CIUDAD

Lúisa Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227041>


### **CAPÍTULO 2..... 18**

DESDE LA REDISTRIBUCIÓN DE LOS CUIDADOS HACIA LA DESMILITARIZACIÓN URBANA EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Patricia Costa Pellizzaro

Neridiane Garcia da Silva


Cláudia Maté

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227042>

### **CAPÍTULO 3..... 41**

DIREITO À CIDADE POR MEIO DA ARTE: OBSERVAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NA ARQUITETURA DE SALVADOR

Alyne Cosenza Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227043>

### **CAPÍTULO 4..... 51**

APROPRIAÇÃO DE PARQUES URBANOS: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO

Neridiane Garcia da Silva

Patricia Costa Pellizzaro

Cláudia Maté

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227044>

### **CAPÍTULO 5..... 67**

CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA COMO INSTRUMENTOS DIACRÓNICOS DE ANÁLISE DO TECIDO URBANO — ÉVORA E SETÚBAL, PORTUGAL

Maria do Céu Simões Tereno

Manuela Maria Justino Tomé


Maria Filomena Mourato Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227045>

### **CAPÍTULO 6..... 79**

DESIGN E CENÁRIOS PROSPECTIVOS APLICADOS AO URBANISMO TÁTICO: O FUTURO DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS

Lorena Gomes Torres de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227046>

### **CAPÍTULO 7..... 95**

INVENTÁRIO BOTÂNICO-PAISAGÍSTICO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX: O

## ESTADO ATUAL

Diego Rodriguez Crescencio

Marlon da Costa Souza

Leticia Dias Lavor

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227047>

## **CAPÍTULO 8..... 108**

ARQUITETURA ESCOLAR E BIOCLIMATOLOGIA: OS IMPACTOS DA PADRONIZAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DE ESCOLAS BRASILEIRAS

Paula Scherer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227048>


## **CAPÍTULO 9..... 120**

ASPETOS BIOCLIMÁTICOS DA ARQUITETURA DA POPULAR PORTUGUESA

Jorge M. dos Remédios Dias Mascarenhas

Maria de Lurdes Belgas da Costa Reis

Fernando G. Branco


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1792227049>

## **CAPÍTULO 10..... 134**

INFLUÊNCIA DA ILUMINAÇÃO NATURAL NO AMBIENTE ESCOLAR NO RITMO CIRCADIANO DOS ALUNOS

Ana Luiza de Mello Ward

Erika Ciconelli de Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270410>

## **CAPÍTULO 11..... 151**

ANÁLISE DE DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DE POROSIDADE EM CFD

Isabela Tibúrcio

Melyna Nascimento


Leonardo Bittencourt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270411>

## **CAPÍTULO 12..... 166**

A CONCEPÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO POR PROFISSIONAIS E AS TECNOLOGIAS EMERGENTES

Hana de Albuquerque Gouveia


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270412>



## **CAPÍTULO 13..... 179**

CONTRIBUIÇÃO À INSPEÇÃO ESPECIALIZADA APLICADA AOS HELIPONTOS ELEVADOS DO TIPO PLATAFORMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGA EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO: ESTUDO DE CASO

Alexandre Magno de Campos Dutra

João da Costa Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270413>

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>200</b>
MOSAICO: VIDA E ARTE	
Sarah Jamille Pacheco Rocha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270414">https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270414</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>211</b>
O CINEMA COMO DOCUMENTO: A ARQUITETURA COMO UM VEÍCULO DE ENTENDIMENTO DE UMA SOCIEDADE NA OBRA FÍLMICA DE FICÇÃO	
Alexandre Albuquerque	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270415">https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270415</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>223</b>
MUSEUS EM COMUNIDADES, TURISMO E CULTURA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, MEMÓRIA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	
Sergio Moraes Rego Fagerlande	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270416">https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270416</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>241</b>
LOS CENTROS DE INTERPRETACIÓN DEL ARTE RUPESTRE, UN MEDIO DE PROTECCIÓN Y DIFUSIÓN PATRIMONIAL	
Jorge Alberto Porras Allende	
Heidy Gómez Barranco	
Herwing Zeth López Calvo	
Jorge Iván Porras Sánchez	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270417">https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270417</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>253</b>
O ÚLTIMO TRAÇO DE NIEMEYER NA PAMPULHA: DA INVISIBILIDADE À CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PARA O PAINEL DA CASA DO BAILE	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
Daniela Tameirão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270418">https://doi.org/10.22533/at.ed.17922270418</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>276</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>277</b>

# CAPÍTULO 3

## DIREITO À CIDADE POR MEIO DA ARTE: OBSERVAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NA ARQUITETURA DE SALVADOR

Data de aceite: 01/04/2022

**Alyne Cosenza**

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade do Salvador, professora de graduação do Centro Universitário Jorge Amado e pós-graduação em Arquitetura <http://lattes.cnpq.br/2780493801576196>

**RESUMO:** O presente artigo discute como o direito a cidade pode ser obtido através da valorização da arte, expressada na arquitetura, na multicultural Salvador. A análise será baseada na observação da arquitetura existente e no estudo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU), que, juntamente com o Plano 500, constituem estratégias adotadas pela municipalidade para valorização e transformação da cidade. A metodologia se dará pela observação e estudo de caso da arquitetura local, e levantamento de referências bibliográficas existentes sobre o tema “cidade e arte”. Será dividido em três partes. Na primeira, serão abordadas as relações sujeito e arte, bem como a forma pela qual a arte contribui para a identidade e pertencimento do sujeito na cidade. A segunda seção versará acerca das manifestações artísticas na arquitetura da cidade de Salvador. O terceiro corte tratará sobre o futuro da arte na cidade com o novo PPDU.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Arte. Arquitetura.

RIGHT TO THE CITY THROUGH ART:  
OBSERVATION AND PERSPECTIVES  
OF ARTISTIC MANIFESTATIONS IN  
SALVADOR'S ARCHITECTURE

**ABSTRACT:** This article discusses how the right to the city can be obtained through the valorization of art, expressed in architecture, in the multicultural Salvador. The analysis will be based on the observation of the existing architecture and the study of the Urban Development Master Plan (PPDU), which, together with Plan 500, constitute strategies adopted by the municipality for valorization and transformation of the city. The methodology will be based on observation and case study of the local architecture and survey of existing bibliographical references on the theme “city and art”. Will be divided into three parts. In the first one, the subject and art relations will be addressed, as well as the way in which art contributes to the identity and belonging of the subject in the city. The second section will deal with the artistic manifestations in the architecture of the city of Salvador. The third court will address the future of art in the city with the new PPDU.

**KEYWORDS:** City. Art. Architecture.

### 1 | INTRODUÇÃO

O período pós-guerra, a industrialização e a tecnologia, o êxodo rural com a procura por emprego nas grandes cidades, modificam a estrutura urbana. A falta de planejamento e o crescimento acelerado contribuem para o déficit habitacional que se torna um grande problema.

A cidade necessita ser repensada,

a construção precisa seguir modelos industriais de rápida e prática fabricação, as ruas devem abrir espaços para os veículos transportarem pessoas e mercadorias com grande fluidez. Tudo precisa funcionar como uma grande engrenagem, a casa como uma máquina de morar<sup>1</sup>, de que falava o arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

Através da análise histórica, pode-se verificar que cada movimento artístico, onde a arquitetura está inserida, produz uma evolução e mudança no tecido urbano e na sociedade. A partir da revolução industrial, várias correntes de pensamento urbanístico começaram a surgir.

Nesse período, os pensadores franceses enfatizaram mais a dimensão de racionalidade e utopia, ao passo que os alemães privilegiaram a história e a cultura (FREITAG, 2012, p. 45). Outras formas aconteceram como as cidades jardins do inglês Ebenezer Howard<sup>2</sup>, o urbanismo demolidor para Paris de Haussmann<sup>3</sup> e os estudos sociais da Escola de Chicago<sup>4</sup>, aqui citando algumas das correntes urbanistas que surgiram, cada qual com a sua contribuição e a sua perda.

A cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, passou por diversos períodos na sua existência. Saiu de cidade colonial para polo econômico do Brasil devido a atividade mercantil portuária. Tornou-se a maior cidade das Américas, época que o urbanismo possuía praças e jardins copiados do modelo inglês. Perdeu o título de capital para o Rio de Janeiro, mas tentou se modernizar com um novo urbanismo proposto pelo governador J. J. Seabra, modelo Haussmaniano, que destruiu muitos monumentos arquitetônicos em favor do encurtamento das distâncias entre os espaços da cidade para melhor locomoção dos indivíduos, que se locomoviam de automóveis e bondes elétricos.

A cidade modernizada com um misto do modelo americano e inglês começa com os estudos de Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), através de novos traçados, o planejamento urbano surge como solução para o caos do crescimento provocado pelo êxodo rural, ocorrido por conta do surgimento de novas indústrias com os novos polos de emprego.

Nas décadas de 60-70, a cidade passa a se expandir, com a abertura das avenidas de vale e a criação de novos bairros em função do crescimento industrial, com o do Complexo Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). O plano segue o zoneamento proposto pelo modernismo da Carta de Atenas, dividindo as áreas em quatro funções (habitar, trabalhar, circular e recrear), cabendo ao centro de Salvador as funções de lazer e turismo.

---

1 Conceito arquitetônico desenvolvido por Le Corbusier no início do século XX que relacionava a casa aos pontos do movimento moderno, aliando função e estética, sem supérfluos decorativos.

2 Fundador das cidades-jardins, onde a população urbana deveria usufruir das vantagens da vida no campo e contato com a natureza.

3 Administrador e político que embelezou Paris remodelando-a com traçado de modernas linhas retilíneas e derrubando edifícios históricos para ampliar os espaços, facilitando a locomoção, higienização e arejamento, e concretizando obras de infra estrutura a pedido do imperador Napoleão III.

4 Célebre por seu núcleo especializado em estudos, pesquisas e ensino na área de sociologia urbana.

Na década de 80, há um gradativo esvaziamento e desvalorização da área antiga da cidade, consolidando-se um novo centro urbano após a construção da Avenida Paralela, que abria a cidade para um novo eixo, conectando-a ao Centro Administrativo da Bahia; a nova Estação Rodoviária e o primeiro grande shopping da cidade, o Shopping Iguatemi (CARVALHO e PEREIRA, 2008). Na década de 90, a cidade continua a se expandir em torno do eixo Avenida Tancredo Neves, nova zona empresarial da cidade, e a Avenida Paralela, reforçando a valorização imobiliária do eixo urbano do litoral norte.

A cidade que passou por tantas mudanças urbanísticas ao longo da sua história e ainda tenta reestruturar sua malha para resolver os problemas, na contemporaneidade tem a especulação imobiliária como causa da gentrificação da população originária, resultando numa cidade segregada.

Para proteger o cidadão a Constituição Federal de 1988 prevê o direito à cidade, regulamentado no Estatuto da Cidade<sup>5</sup>, uma garantia de todos os brasileiros usufruírem com igualdade de toda a estrutura e os espaços públicos da cidade. Planos diretores de desenvolvimento urbano são propostos em torno desse objetivo pensando, além da cidade para todos, na mobilidade urbana e na sustentabilidade, embalados pela Rio 926.

Mas o que se percebe, em vez de uma cidade para todos, é uma segregação na estrutura urbana concentrando na nova área nobre, a Orla Marítima, com riqueza, investimentos públicos, equipamentos urbanos e interesses da produção imobiliária, como descrito em “As Cidades de Salvador” pelos professores Inaiá Carvalho e Gilberto Corso Pereira<sup>7</sup>. Os planos propostos, após o Estatuto da Cidade, não criaram estratégias para inibir a segregação.

Durante a história do urbanismo soteropolitano, o que se viu da escola alemã, inspiração para a Escola de Chicago, foi uma adaptação das suas teorias sem maiores aprofundamentos<sup>8</sup>. O inovador PDU de 2004 aborda de forma superficial a cultura como espaço de afirmação da cidadania e também de participação e interação dos múltiplos agentes sociais, possibilitando maior visibilidade às questões relacionadas às especificidades étnicas, sociais, de gênero.

Dando um passo a mais na tentativa de tecer a malha urbana, em 2016, é aprovado o novo PDU para a cidade que, em seus objetivos, trata a valorização da cultura soteropolitana em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção

5 Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

6 A cidade do Rio de Janeiro foi palco para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92. Realizada em junho de 1992, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta.

7 As “Cidades” de Salvador. Disponível em <[http://www.academia.edu/899806/As\\_Cidades\\_de\\_Salvador](http://www.academia.edu/899806/As_Cidades_de_Salvador)>, acesso em 27/11/2017

8 Os urbanistas alemães privilegiam a história e a cultura, em que a formação da cidade e sua imagem são reflexos desses aspectos.



e ao consumo cultural, compreendendo a cultura como importante dimensão da economia soteropolitana (LEI Nº 9.069 /2016)<sup>9</sup>.

Pensando na cultura como símbolo a ser refletido na arte arquitetônica, podendo ser visto e sentido por todos e gerando uma identificação indivíduo-cidade, essa seria uma ideia de contribuição para o desenvolvimento da cidade, melhorando sua imagem perante o cenário mundial e resgatando o espírito de orgulho nos seus habitantes. Assim um dos objetivos do direito à cidade, o que garante que todos usufruam o bem-estar proporcionado, seria contemplado.

## 2 | O SUJEITO URBANO E A ARTE

A arquitetura é a arte temporal de uma cidade e para que ela caia no gosto popular, é necessário que remeta a agradáveis recordações. Assim, a história e a cultura local devem ser traduzidas nos elementos arquitetônicos inseridos no contexto urbano para existir um reconhecimento do indivíduo no espaço urbano e facilitar a aceitação desses elementos pelos indivíduos.

O reconhecimento de uma cidade se dá pela legibilidade de seus bairros, marcos ou vias. Os marcos tornam a cidade menos monótona e repetitiva, gerando imagens ricas, que devem ser adaptáveis a mudanças e novos significados. É através dos seus marcos e monumentos que uma cidade é reconhecida, tornando-se única.

Qualquer cidade possui uma identidade própria e uma imagem no coletivo de seus habitantes. Em cidades antigas, não há como dissociar a história e a cultura da imagem da cidade. Seus marcos geralmente estão relacionados a um contexto histórico ou são monumentos de grande valor cultural.

A cidade antiga não é mais rica em simbologia do que a moderna, possuindo ambas seus símbolos, imagens e artes. O modernismo tornou a cidade mais rápida, pensando nos problemas sociais e usando a tecnologia nas construções, de forma a criar uma arte própria, simples e tecnológica, a *Pop Art*.

É preciso haver identidade nas cidades e ela se dá através de elementos próprios da sua cultura.

Cidades sem arte são conjuntos de blocos de concretos, que podem estar em qualquer lugar no mundo. Só existe arte se antes houver o artista. É através da visão do artista que a arte se manifesta. Portanto, para a cidade ser objeto da arte, é necessário que o arquiteto ou urbanista circule, caminhe pelas ruas como um *flâneur*<sup>10</sup>. Baseado na observação, ele apura o olhar percebendo o entorno e, assim, assimila os hábitos,

9 MUNICÍPIO DE SALVADOR- BA, *Lei nº 9.069 /2016*. Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>, acesso em 27/11/2017.

10 Em seus ensaios sobre a obra literária de Charles Baudelaire, mais precisamente sobre o livro de poemas *Flores do Mal* (1857) que traz uma visão sobre Paris do século XIX na série *Quadros Parisienses*, Walter Benjamin analisa a figura do *flâneur*, um leitor da cidade de Paris, bem como de seus habitantes daquele século. Através de suas andanças, o *flâneur* transforma a cidade em um espaço para ser lido, um objeto de investigação, uma floresta de signos a serem decodificados – em suma, um texto e interpreta as mudanças trazidas pela modernidade.(OLIVEIRA, 2005).

costumes e cultura locais. Com essa vivência, faz-se arte urbana.

Mas a arquitetura das cidades não deve ser caracterizada por um único movimento artístico ou representar somente um período da história. As cidades estão sempre se modificando e a arte precisa evoluir da mesma forma. O artista arquiteto tem que trabalhar as mudanças, sem jamais abrir mão da legitimidade do espaço. O reconhecimento dos valores locais é a imagem que precisa estar inserida na paisagem urbana, sendo nela que os habitantes se identificam e se sentem inseridos no contexto citadino, com pertencimento há a afirmação do direito à cidade.

### 3 | SOTEROPÓLIS ARTÍSTICA

A cidade de Salvador surge com a mistura de vários povos: os índios, os africanos e os europeus. Portanto já nasce globalizada e, com seu porto marítimo, alcança patamar de potência econômica.

Cada povo que participou da sua formação acrescentou à cidade características da sua própria cultura, tornando-a múltipla e única. A sua arquitetura espelha essa diversidade. E arte arquitetônica está presente desde a primeira fase do urbanismo, quando a cidade era a sede administrativa da colônia.

O edifício do Palácio Rio Branco<sup>11</sup>, antiga sede do governo, localizado na Praça Tomé de Sousa (centro histórico de Salvador, na cidade alta), é um desses monumentos onde a arquitetura e as artes se encontraram. Construído em taipa e reedificado em alvenaria de pedra e cal, foi bombardeado pelos holandeses e reconstruído por engenheiros franceses. Em 1890, com a República, no governo de Manuel Victorino, o Palácio foi demolido e reconstruído com fachada em estilo neoclássico e rica decoração interna. Em 1912, foi atingido por canhões numa disputa política, sendo reconstruído após a posse de J.J. Seabra, ganhando cúpula em concreto armado e elementos de uma arquitetura eclética, numa obra que durou quase oito anos. Atualmente é sede da Secretária de Cultura do Estado.

O Palácio Rio Branco possui uma arquitetura imponente, construída para ser sede de governo e que, por esse motivo, devia ser um marco para a cidade que estava nascendo, representando a imagem de Salvador para o exterior. Passou por inúmeras reformas, acompanhando a evolução da cidade em cada contexto histórico. Adaptou-se, transformando sua arquitetura de taipa para uma monumental edificação que incorpora vários estilos. Consiste em efetiva parte da história da cidade. E, apesar das tantas modificações na sua arquitetura, feitas ao longo dos anos de acordo com as necessidades de cada época, não gerou desagrado ao olhar.

No polo oposto está o Palácio Tomé de Sousa, atual sede da prefeitura de Salvador,

11 Foi noticiado de 22 de janeiro de 2022 na Folha de São Paulo, que o governo aprovou licitação para concessão do palácio por 35 anos a grupo hoteleiro, o que gerou uma batalha judicial com órgãos ligados ao patrimônio histórico. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/concessao-de-palacio-rio-branco-avanca-e-cria-batalha-judicial-em-salvador.shtml>>, acesso em 24 de janeiro de 2022.

situado em frente ao Palácio Rio Branco. É a mais polêmica obra de um dos maiores arquitetos baiana do século XX, João Filgueiras Lima, o Lelé. De caráter provisório, ficou pronto em apenas 14 dias e foi inaugurado em 1986 numa estrutura de aço e vidro, destoando de todo o entorno edificado. A repulsa da cidade em relação à edificação pode ser explicada por dois ângulos, primeiro pela rapidez que surgiu, brotou do nada num sítio histórico em que a população acompanhou a evolução ao longo de séculos; segundo, pelos materiais construtivos, completamente em choque com os existentes no entorno de então, configurando-se como uma construção moderna sem os apreciados elementos decorativos existentes no palácio defronte. Não houve tempo para a identificação da cidade com o novo monumento erguido, tampouco o material usado foi reconhecido pelos habitantes como sendo algo legítimo daquele local. Assim, sem se relacionar com a história e a cultura locais, segue como a edificação preterida da arquitetura baiana.

Do outro lado da cidade, surge, ainda na década de 80, a Casa do Comércio. Também em aço e vidro, mas implantada, na época, em um sítio pouco habitado. A construção marcava uma Salvador que expandia seus limites, com a abertura da Avenida Paralela, após a consolidação de novas frentes de trabalho em Candeias e Camaçari e o novo centro urbano no Iguatemi. Diferentemente do Palácio Tomé de Sousa, que possuía as mesmas linhas, essa construção tornou-se símbolo de orgulho. À sua volta, outras edificações apareceram e a região passou a ser conhecida como o novo centro empresarial da cidade. A explicação sobre a repulsa de uma e adoração à outra está em que na região da Casa do Comércio, não havia uma história pré-existente. Ali, fazia-se a história com o novo, com o moderno e inovador.

Pode-se afirmar que, dentro da cidade de Salvador, existem outras cidades, que perpassam do histórico ao moderno, do caótico ao ordenado, do legal ao real. Não é a edificação isolada que agrada ou não, pois tudo dependerá do contexto em que a edificação for inserida.

Olhar o passado não significa copiá-lo, pois, assim, não haveria propriamente uma evolução, mas, sim, é imperioso entendê-lo e respeitá-lo para criar o novo.

Um objeto se torna arte quando é reconhecido como algo admirável pela sua beleza. Feio e bonito são conceitos que dependem do olhar de quem vê. Mas belo é tudo aquilo que emociona, podendo ser através de recordações, sentimentos de orgulho ou de pertencimento. Dessa forma, a arquitetura pode ser caracterizada como objeto artístico. Quando existe o sentimento de reconhecimento, através das recordações históricas como a existente no Palácio Rio Branco ou por um sentimento de orgulho perante o inovador, como na Casa do Comércio, pode-se considerar que existe Arte.

## **4 | O FUTURO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NA CIDADE**

O atual PDU de Salvador foi aprovado em junho de 2016, trazendo algumas

inovações, começando com a integração com o Plano 500, plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049.

Já nos primeiros capítulos, percebe-se uma mudança sobre o tratamento dado a cultura, atribuindo-a um acesso universal.

É evidente seu objetivo de consolidar Salvador como pólo de economia criativa e do turismo.

Sobre a cultura, trata no Capítulo I, art.10, §1º:

A função social da cidade no Município de Salvador corresponde ao direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal a espaços e equipamentos públicos e de uso público, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à produção econômica.

No capítulo II, art. 11, a cultura está presente nos objetivos da Política Urbana do Município:

XII - consolidar Salvador como metrópole nacional, polo regional de negócios de vanguarda na pesquisa e experimentação técnico-cultural e nas novas áreas da economia criativa, da tecnologia de informação e do turismo;

XVIII - resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias;

XIX - valorizar a cultura soteropolitana em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção e ao consumo cultural, compreendendo a cultura como importante dimensão da economia soteropolitana.

Para atingir tais objetivos, pode-se elaborar um plano de desenvolvimento estratégico, fundamentado em ações voltadas para a criação de serviços de lazer e turismo. De acordo com o explicado anteriormente, se algo é rejeitado pela população, provavelmente não irá funcionar. Assegurar a valorização da cultura, entendendo e respeitando sua diversidade, praticando o intercâmbio entre suas diversas faces, pode contribuir no equilíbrio dentre as diferentes manifestações artísticas e culturais da cidade, sem privilégio de uma em detrimento de outra. A cultura pode diminuir as diferenças sociais e quando isso acontece o indivíduo que antes se sentia excluído, se sente respeitado. A cidade de Salvador é reconhecida por ser berço de diversas manifestações e grupos culturais bem organizados que fazem parte do capital imaterial da cidade e a valorização dessa cultura pode unificar a cidade.

Quando a cultura é tratada como direito de todos, valorizada e fortalecida, torna-se um produto de exportação, fortalecendo a imagem da cidade, e abrindo caminhos para investimentos que promovam o desenvolvimento econômico.

Nas diretrizes da Política Urbana do PDDU, capítulo III, a preservação da imagem da cidade é mencionada da seguinte forma:

XII - preservação da memória e da identidade local, por meio da manutenção das características simbólicas e materiais dos espaços, cenários e monumentos que definem a imagem de Salvador, com seus mirantes, corredores, largos e cones visuais, que privilegiam os elementos da paisagem natural e construída;

É prevista a proteção ao patrimônio histórico e cultural, a requalificação dos espaços degradados ou em processo de degradação e a modernização no uso dos espaços urbanos, públicos e privados, atraindo investimentos.

O Título V é o que trata da cultura. Tem como princípios compreender a cultura como elemento fundador da sociedade, essencial na confirmação das identidades e valores culturais, sendo um direito de todos e para todos, e considerando-a como parte integrante da economia, conforme item VIII, transcrito abaixo:

VIII – a consideração da cultura como parte integrante da economia de Salvador, que deverá ter na salvaguarda do patrimônio cultural e na economia criativa um vetor do seu desenvolvimento.

O capítulo objetiva consolidar Salvador como cidade criativa, inserida nos fluxos culturais e econômicos mundiais.

Em alguns itens das diretrizes do Título V aparece a valorização do patrimônio arquitetônico para que o fim seja alcançado e como a cultura pode ser uma estratégia de revitalização para áreas centrais e degradadas:

III - atração de investimentos nacionais e internacionais para instalação de equipamentos de impacto cultural e econômico;

V - fortalecimento do patrimônio arqueológico como elemento de identificação cultural;

VI - implementação de ações de salvaguarda do patrimônio material, constituído por bens culturais imóveis, integrados e móveis, e do patrimônio imaterial, constituído pelos saberes, vivências, formas de expressão, manifestações e práticas culturais, de natureza intangível, e os instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados às práticas culturais;

X - revitalização das áreas urbanas centrais e antigas áreas comerciais e industriais da cidade, mediante a implantação de centros de criação de produtos artísticos, audiovisuais e manufaturados.

O novo PDDU não só resguarda o patrimônio como planeja ações de investimentos para novos empreendimentos de valor cultural. A cultura é pensada como fator importante para o desenvolvimento econômico, aliando valores culturais refletidos numa estratégia onde haja pertencimento através da preservação da memória e da identidade local.

A cidade como objeto arquitetônico de valor artístico é planejada para criar um novo polo econômico e assim, a imagem de cidade é reconhecida pelos seus habitantes e pode ser exportada para o mundo.

## 51 CONCLUSÃO

É possível reconhecer valores artísticos nos quatro cantos da cidade de Salvador. Cores, formas e sons variam na cidade tanto quanto a sua complexa diversidade cultural. Apesar da segregação sócio-espacial existente que se agrava a partir da década de 80, a cidade possui uma identidade possível de ser percebida por todos. Existe uma imagem de cidade múltipla, onde tudo se mistura, mas cada cultura é respeitada, assim como existe o reconhecimento do valor histórico, berço de cada tribo e raça que fundou a cidade.

Há uma repulsa aos monumentos fora do contexto, pois existe um reconhecimento de cada lugar, separados no mapa urbano por um traçado imaginário de linhas desenhadas pela história e pela diversidade da sua cultura. Não se trata de segregação espacial, é uma imagem criada e absorvida ao longo da história.

Como na música, a cidade tem estilos, ritmo, compasso e escalas, graves e agudos. É possível comparar a diversidade arquitetônica com a multiplicidade de sons que ecoam em cada canto da cidade. Variados estilos estão presentes na cidade, do barroco no centro histórico ao contemporâneo na região do Iguatemi, formando uma unidade diversificada.

Ritmos diferentes para cada bairro, cada rua, cada espaço... Compassos que determinam um espaço de tempo na música podem determinar um espaço físico com seus cheios e vazios, como a Avenida Sete de Setembro e a Praça da Piedade. As escalas maiores ou menores, alegres ou tristes, que podem ser representadas pelo estado de preservação das edificações e a ambiência gerada por ruínas abandonadas ou sítios preservados, como as ruas em tempos de festa no Pelourinho e a degradação das ruas da sua vizinhança. Os graves e agudos representados pela imponência das edificações, como as suas igrejas ou simplesmente pela delicadeza da forma dos casarios coloniais.

Enxergar a arte na cidade vai depender mais do espectador do que do objeto. É a relação do indivíduo com a cidade que direcionará o olhar. Tudo precisa funcionar como uma grande engrenagem, mas os elementos devem estar unidos de forma harmônica. Na cidade, harmonia é a arte, sem ela, a cidade se torna monótona e repetitiva. O maestro é o indivíduo que interage na sociedade, que rege definindo as formas.

Não é o arquiteto, nem as normas do PDDU que definem a imagem da cidade: é o cidadão comum que, por ela, caminha diariamente, observando sua expansão e suas diferenças. É esse indivíduo que reconhece a cidade e que pode expressar a sua imagem mais fiel.

O PDDU de 2016 direciona para que a Arte (com a valorização da cultura, ações de salvaguarda de manifestações artísticas, preservação do patrimônio cultural material e imaterial e da imagem da cidade) seja reconhecida como fator de desenvolvimento. Novos empreendimentos devem acontecer para impulsionar a economia na forma de símbolos arquitetônicos que, se seguirem as idéias do novo Plano, irão refletir a Arte que poderá criar uma teia de conexões entre as diversas cidades que existem dentro de Salvador.

## REFERÊNCIAS

BACELAR, Jonildo. **Palácio Rio branco, Turismo em Salvador**. Disponível em: <<http://www.salvador-turismo.com/praca-thome-sousa/palacio-rio-branco.htm>>, acesso em 27 de novembro de 2017

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto. **As “Cidades” de Salvador**. Disponível em < [http://www.academia.edu/899806/As\\_Cidades\\_de\\_Salvador](http://www.academia.edu/899806/As_Cidades_de_Salvador)>, acesso em 27 de novembro de 2017

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto, orgs. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 2008

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. 5ª reimpressão. São Paulo: Ed. Papirus, 2016

HORSCHUTZ, Alessandra. **E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?** Salvador: 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/372>>, acesso em 27 de novembro de 2017

LYNCH, David. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006

OLIVEIRA, Bernardo. **A filosofia enquanto crítica literária: o Baudelaire de Benjamin, e vice-versa**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alea/a/mgw39B4s8sNrmG7td89zVQp/?lang=pt>>, acesso em 25 de julho de 2017

PLANALTO FEDERAL, **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>, acesso em 27 de novembro de 2017

SENADO FEDERAL, **Conferencia Rio 92 Sobre Meio Ambiente do Planeta: Desenvolvimento Sustentável dos Países**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>, acesso em 27 de novembro de 2017

SERPA, Ângelo. **Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador**. Salvador: 2008. Disponível em: <<https://www.rebap.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3044>>, acesso em 27 de novembro de 2017.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arquitetura 1, 41, 42, 44, 45, 46, 66, 67, 68, 99, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 130, 131, 132, 133, 136, 141, 149, 150, 151, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 211, 214, 237, 252, 253, 254, 257, 258, 261, 263, 264, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275

Arquitetura bioclimática 109, 112, 114, 115, 117, 120, 121, 130, 131, 133

Arquitetura escolar 108, 109, 110, 115, 117, 118

Arquitetura popular 120, 121, 131, 132, 133

Arte 20, 41, 44, 45, 46, 49, 54, 93, 94, 96, 97, 167, 200, 201, 202, 203, 204, 209, 210, 226, 234, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 255, 257, 258, 263, 266, 269, 270, 272

Arte rupestre 240, 241, 242, 243, 244, 247, 249, 250, 251

### C

Cartografia 15, 67, 68, 69

Centro de interpretación 242, 247

Cidade 16, 17, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 90, 92, 93, 95, 100, 112, 114, 115, 119, 136, 148, 151, 159, 200, 201, 203, 204, 206, 208, 209, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 233, 235, 237, 258, 269, 272

Cinema 200, 201, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221

Cinema documentário 200, 201

Conforto 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 124, 149, 155, 168

Construção 42, 43, 46, 63, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 82, 88, 89, 92, 93, 98, 99, 110, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 133, 141, 168, 169, 172, 177, 180, 182, 189, 190, 199, 204, 211, 212, 215, 217, 218, 219, 229, 233, 237, 238, 252, 254, 255, 256, 264, 265, 266, 267, 271, 274

### D

Design participativo 79

Desmilitarización 18

Documento 69, 78, 181, 205, 211, 212, 213, 221, 260

### E

Espaço público 52, 65, 66, 80, 84, 90, 91, 92, 263, 273

## **F**

Favela 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Forma urbana 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 13

## **G**

Gestão 51, 53, 66, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 181, 187, 189, 190, 198, 206, 257, 260, 261, 274

## **H**

Heliponto 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199

## **I**

Iconografia 67, 68, 69

Iluminação natural 134, 135, 136, 138, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Inspeção predial 179, 180, 181, 187, 196, 198, 199

## **M**

Museus 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 255, 260, 264, 269, 272

Museus comunitários 222, 223

## **O**

Oscar Niemeyer 252, 253, 254, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 273, 274

## **P**

Paisagismo 95, 96, 97, 99, 170

Pampulha 252, 253, 254, 257, 258, 263, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274

Parques urbanos 51, 52, 66

Patrimônio 45, 48, 49, 64, 91, 95, 96, 97, 99, 105, 106, 107, 196, 200, 201, 209, 210, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 235, 237, 252, 254, 257, 258, 261, 262, 268, 272, 273

Patrimônio cultural 48, 49, 96, 200, 201, 209, 210, 257, 258, 268, 273

Planejamento 41, 42, 51, 53, 81, 85, 98, 108, 189, 196, 268, 275

Plataforma de distribuição de carga (PDC) 179

Porosidade 151, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 163, 164, 165

Processo criativo 166, 170, 173

## **R**

Restauração 73, 252, 257, 263, 265, 268, 270, 271

Roberto Burle Marx 95, 96, 101, 105, 106, 107

## **S**

Seguridad 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 244

Simulação computacional 116, 117, 118, 151, 154, 159, 165

Software 100, 101, 102, 107, 114, 115, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 159, 163, 166, 168, 170

## **T**

Tecido urbano 42, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 78

Tempo 1, 46, 49, 52, 81, 83, 92, 98, 99, 101, 121, 125, 130, 137, 138, 139, 144, 151, 153, 154, 155, 158, 166, 167, 168, 169, 174, 180, 181, 185, 186, 193, 197, 200, 202, 203, 206, 208, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 227, 230, 256, 258, 264, 273

Turismo 42, 47, 50, 59, 64, 65, 66, 208, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 241

## **U**

Urbanismo 1, 7, 17, 18, 28, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 66, 77, 79, 80, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 118, 119, 149, 151, 165, 166, 177, 211, 214, 222, 237, 252, 253, 257, 258, 263, 268, 269, 272, 275

Urbanismo tático 79, 80, 83, 85, 89, 90, 91, 92





## **V**

Ventilação natural 114, 129, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 162, 164, 165

Vigilancia natural 18, 19, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 39

# ARQUITETURA & URBANISMO:

Divergências e convergências de perspectivas

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# ARQUITETURA & URBANISMO:

Divergências e convergências de perspectivas

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)